

## **A TERAPIA OCUPACIONAL EM UM SERVIÇO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR – RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Débora da Silva Firino Felismino (1); Cristyeleadjerfferssa Katariny Vasconcelos Mauricio (2); Juliana Peixoto Carvalho (3); Lívia Caroline Alves Souza (4); Andreza Aparecida Polia (5)

<sup>1</sup>. Pesquisadora colaboradora da UFPB e Terapeuta Ocupacional, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail:

[deborafirino@hotmail.com](mailto:deborafirino@hotmail.com)

<sup>2</sup> Discente do curso de Terapia Ocupacional da UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail:

[cristyele.k@gmail.com](mailto:cristyele.k@gmail.com)

<sup>3</sup>. Pesquisadora colaboradora da UFPB e Terapeuta Ocupacional, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail:

[julipcarvalho@gmail.com](mailto:julipcarvalho@gmail.com)

<sup>4</sup>. Pesquisadora colaboradora da UFPB e Terapeuta Ocupacional, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail:

[liviacaroline.to@gmail.com](mailto:liviacaroline.to@gmail.com)

<sup>5</sup> Docente do curso de Terapia Ocupacional da UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail:

[andrezapolia@gmail.com](mailto:andrezapolia@gmail.com)

**Resumo do artigo:** No Brasil há diversas leis que asseguram as pessoas com deficiência o acesso à educação, tanto no que se refere ao ensino básico como superior. Para facilitar e assegurar o acesso e permanência de estudantes com deficiência ao ensino superior, foram criados, em algumas instituições de nível superior em todo o Brasil, programas que recomendam ações neste sentido. Na Universidade Federal da Paraíba, foi criado o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), o qual tem o intuito de garantir o acesso e permanência dos alunos, professores e servidores técnico-administrativos com deficiência da referida instituição. Para que isto ocorra de maneira mais efetiva, o CIA conta com o apoio dos estudantes estagiários curriculares e extracurriculares de diversos cursos, dentre eles os concluintes do Curso de Terapia Ocupacional. Esta parceria é baseada no conceito que, a Terapia Ocupacional é uma profissão que faz uso das ocupações em indivíduos ou grupos objetivando melhorar ou possibilitar a participação dos mesmos em diversos ambientes, pois considera que as ocupações são fundamentais para o seu desenvolvimento. Este estudo trata-se de um relato de experiência das discentes da disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, o qual tem como objetivo relatar as ações desenvolvidas no CIA juntamente com os indivíduos assistidos pelo setor, no período de janeiro a junho de 2016.

Palavras chaves: Terapia Ocupacional; Instituição de nível superior; Educação Inclusiva.

### **INTRODUÇÃO**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,2% da população brasileira possuía pelo menos uma das quatro deficiências pesquisadas por eles: intelectual, física, auditiva e visual. (IBGE, 2013).



Sabe-se que algumas dificuldades são inerentes à deficiência, por exemplo: dependendo do tipo e grau do comprometimento pessoas com deficiência física pode ter dificuldade de locomoção, pessoas com deficiência auditiva pode apresentar dificuldade na comunicação e pessoas com deficiência intelectual dificuldades na aprendizagem.

Estas características podem dificultar e até impedir o envolvimento em ocupações, tais como: Atividades de Vida Diária (AVD), ou seja, tomar banho, comer, vestir; Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), fazer uma compra, pagar uma conta; trabalhar e estudar.

Segundo a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA, 2015), a terapia ocupacional é uma profissão que faz uso terapêutico de ocupações em indivíduos ou grupos objetivando melhorar ou possibilitar a participação em papéis, hábitos e rotinas em diversos ambientes como casa, escola, local de trabalho, comunidade e outros lugares, pois, esta profissão considera que as ocupações são fundamentais para identidade e senso de competência dos indivíduos e tem significado especial e valor para estes.

Segundo o Conselho Nacional De Educação (2012), os profissionais de terapia ocupacional precisam aprender na graduação, “desempenhar atividades de assistência, ensino, pesquisa, planejamento e gestão de serviços e de políticas, de assessoria e consultoria de projetos, empresas e organizações”, como também, desenvolver atividades com pessoas em situação de risco e ou alteração nos aspectos: físico, sensorial, percepto-cognitivo, mental, psíquico e social.

A terapia ocupacional tem vários campos de atuação, atuando em todos os níveis de atenção à saúde e programas socioassistenciais, na saúde do trabalhador e na educação, além da gestão nestes serviços. (COFFITO, 2014).

Neste trabalho teremos como foco a atuação da terapia ocupacional no campo da educação.

Segundo a RESOLUÇÃO N° 445 de 26 de abril de 2014 do COFFITO, os profissionais de terapia ocupacional que trabalham na educação têm o objetivo de “(...) facilitar o processo de ensino/aprendizado, a superação das desigualdades educacionais e a inclusão escolar, a formação para o trabalho, a promoção da participação e da cidadania de crianças, jovens, adultos e idosos.”.

O processo de inclusão escolar ainda é um desafio no Brasil, e o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas instituições de nível superior (INS) têm sido bastante discutidos nos últimos anos. (CASTRO; ALMEIDA, 2014).



Muitas leis asseguram o direito de inclusão, acesso e permanência destas pessoas ao ensino superior, entre elas destaca-se a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a PL 485/2015 que alterou a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, tornando as instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio, obrigados a conceder em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 5% (cinco por cento) de suas vagas para candidatos com deficiência.

Segundo o Art. 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Para facilitar a inclusão destes indivíduos na educação superior o MEC também criou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) em 2005, que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes), que levou a criação de vários serviços de apoio a pessoas com deficiência nestas instituições.

Entretanto, estudos comprovam que existem alguns dificultadores da permanência destes alunos em instituições de nível superior, tais como: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

Sendo as barreiras arquitetônicas aquelas existentes nos edifícios públicos e privados; barreiras comunicacionais são qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que dificulta ou impossibilita a expressão ou o recebimento de informações, as barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade com as demais pessoas. (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015), as barreiras pedagógicas são decorrentes da ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático e no acesso ao conteúdo ministrado pelos professores. (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

Portanto, não se pode negar que estas dificuldades existem, até porque foram anos de completa exclusão destes indivíduos e as instituições ainda se organizam para recebê-los, mas o que os institutos federais de educação superior estão realizando para ajudar estes sujeitos a superá-las? E quais são os profissionais envolvidos neste processo? Pouco se tem divulgado sobre isso.



Aqui serão relatadas as ações desenvolvidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), junto aos alunos e funcionários com deficiência da instituição, como também as ações desenvolvidas por estagiários concluintes do curso de terapia ocupacional no período de junho a dezembro de 2015.

## **METODOLOGIA**

Este estudo consiste em um relato de experiência das docentes da disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, situado nordeste do Brasil, Campus I. As ações foram realizadas no Comitê de inclusão e Acessibilidade da universidade supracitada, no período de janeiro a junho de 2016, nosso intuito é de socializar as experiências adquiridas e a atuação da terapia ocupacional na organização de um serviço de inclusão escolar.

Os dados exibidos a seguir foram compilados de arquivos do comitê e de diários de campo das estagiárias. Utilizou-se análise descritiva e os dados obtidos foram tabulados utilizando o programa Excel 2010.

Utilizamos os dados do sistema do CIA para fazer um levantamento dos alunos com deficiência cadastrados neste comitê, após a vinculação do mesmo ao gabinete da reitoria da UFPB. Como exposto anteriormente o CIA foi vinculado ao gabinete da reitora em 2013.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Foi criado oficialmente no dia 26 de novembro de 2013 através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (CONSUNI), é composto por representantes das Pós Reitorias, Centros de Ensino, Comunidade Universitária com deficiência e entidades representativas dos servidores da UFPB. A professora Andreza Polia, docente do Departamento de Terapia Ocupacional, exerce atualmente o cargo de coordenadora do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB.

O CIA tem a finalidade de efetivar a Política de Inclusão da UFPB, conforme prevê a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva





(2008); o Decreto nº 7.611 (2011) sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado – AEE; o Decreto 7.612 (2011) que institui o Plano Viver sem limites; além do Decreto nº 5.296 de 2004. Dessa forma, possui como principal objetivo assistir a todos os alunos, docentes e servidores da UFPB que possuam algum tipo de deficiência ou limitação, reconhecendo as potencialidades e atendendo as demandas de cada indivíduo de forma individual, agrupando recursos humanos e materiais necessários para promover acessibilidade integralmente.

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade conta com a colaboração das Subsedes localizadas nos outros campi da UFPB, as quais trabalham em conjunto com a subsele de João Pessoa. Para desenvolvimento de suas atividades, programas e projetos, conta com os Grupos de Trabalho (GT) – por ele criados e a ele submetidos – e que atuam diretamente vinculados às áreas específicas de efetivação de suas políticas de inclusão e acessibilidade, sendo assim definidos: GT de Acessibilidade Pedagógica; GT de Acessibilidade Atitudinal; GT de Acessibilidade Comunicacional; GT de Acessibilidade Arquitetônica.

O comitê estabelece parcerias com vários laboratórios e setores da universidade: LACESSE (Laboratório de Acessibilidade da UFPB); LAVITA (Laboratório de Tecnologia Assistiva); Clínica Escola de Terapia Ocupacional; NEDESP (Núcleo de Educação Especial); Setor braile da biblioteca central da UFPB.

O comitê de inclusão possui Projeto Empoderar para Crescer que tem por objetivo desenvolver a autonomia e as habilidades laborais das pessoas com deficiência intelectual, através da inserção em diversos setores da UFPB, acompanhadas por estagiários.

Além disso, promove o Programa Aluno Apoiador, no qual são selecionados alunos, através de editais, que atendendo as normas previamente definidas ligadas a conhecimentos básicos sobre as deficiências e selecionados pelos alunos que receberão o apoio, assumem o compromisso de serem apoiadores, dessa forma, passam a assistir os estudantes, conforme as peculiaridades e necessidades educacionais de cada deficiência ou alteração, atendendo desde demandas físico-motoras, auditivas, visuais, transtornos funcionais específicos ((TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) até outras demandas pedagógicas.

Diante da necessidade de executar todas as atividades ligadas ao comitê, são divulgados editais para estagiários extracurriculares, sendo estes distribuídos entre os GTs, sede e subsedes, caso necessário em laboratórios parceiros e outros setores da UFPB.



No período de 2013 a 2015, cerca de 644 alunos com deficiência ingressaram por cotas na UFPB, estes dados foram enviados para o comitê de inclusão e acessibilidade pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) um dos órgãos auxiliares de direção superior da Reitoria da UFPB, que anualmente envia uma planilha com nome, curso e tipo de deficiência dos alunos que ingressam por cotas.

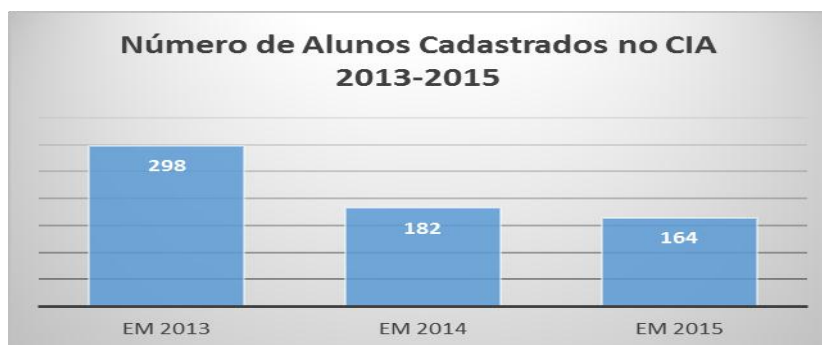


Gráfico 1: Número de alunos cadastrados no CIA 2013-2015

No gráfico acima, podemos observar um elevado número de estudantes que entraram por cotas na UFPB no ano de 2013 (298 pessoas cadastradas), em comparação com os demais anos. Houve uma considerável redução do quantitativo de sujeitos em 2014 e uma pequena redução em 2015.

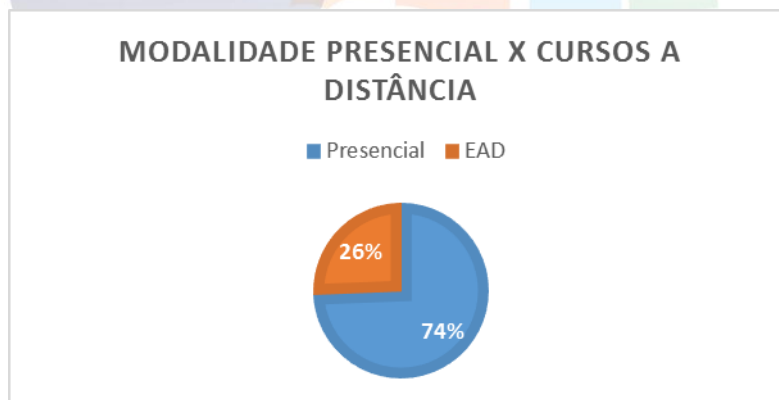


Gráfico 2: Modalidade presencial x cursos a distância 2013-2015.

Como observado na tabela acima, dos 644 alunos com deficiência matriculados nos anos de 2013 a 2015, em sua maioria foram alunos da modalidade presencial 479 (74%), distribuídos pelos Campus I, II, III e IV. E 165 (26%) alunos da modalidade de cursos a distância.

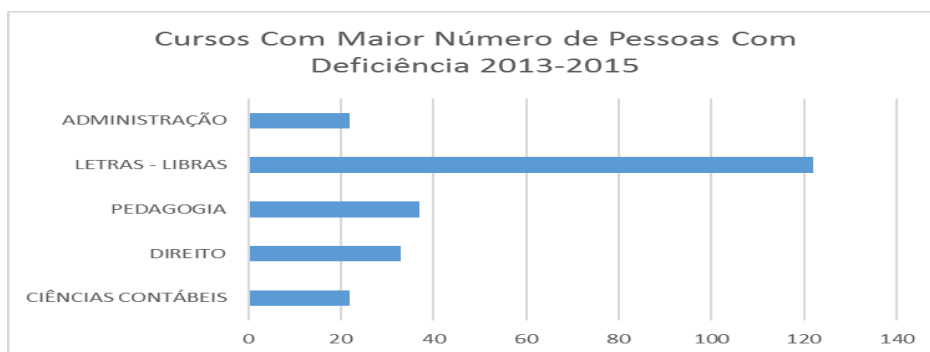


Gráfico 3: Cursos com maior número de pessoas com deficiência 2013-2015.

Observa-se na tabela acima que os cursos que mais receberam alunos com deficiência no período de 2013-2016, foram em primeiro lugar com mais de 120 pessoas letras libras, seguido por pedagogia, direito, administração e ciências contábeis.

Este quantitativo de alunos com deficiência matriculados na UFPB não corresponde ao quantitativo de alunos cadastrados no CIA, pois, muitos destes alunos não procuram o CIA para realizar o cadastro que não é obrigatório.

O cadastramento dos alunos com deficiência no CIA, ocorrem após matrícula dos mesmo na UFPB. A Pró Reitoria da Graduação (PRG), órgão responsável pela matrícula dos alunos, encaminha os alunos com deficiência para o CIA, onde os alunos passam por uma avaliação.

Estas avaliações são realizadas por estagiários concluintes de Terapia Ocupacional, e nela são observadas as necessidades especiais dos estudantes com deficiência e realizado os devidos encaminhamentos. Com os dados da avaliação é realizado um memorando que cita as necessidades pedagógicas dos alunos, neste memorando também contêm orientações aos professores, estes documentos são direcionados as coordenações dos cursos destes alunos.

Os encaminhamentos realizados são para as clinicas escolas da UFPB, sendo estas as clinicas escolas de terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia e psicopedagogia, também são feitos encaminhamentos para o Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB.

Ainda nesta avaliação é visto a necessidade de um aluno apoiador para auxílio do aluno com deficiência dentro do campus, como também, os alunos são vinculados ao Restaurante Universitário onde poderão se alimentar gratuitamente.

Além da atividade de avaliação e encaminhamento dos estudantes com deficiência os estagiários de Terapia Ocupacional foram distribuídos em diversas funções, dentre elas, atividades administrativas, o que inclui organização da sede,



empréstimo de materiais, como: computadores, cadeiras de rodas e gravadores, e atendimento ao público, como também realizou-se capacitações e palestras para imergir a comunidade acadêmica aos conhecimentos sobre as diversas deficiências, buscando diminuir o estigma sofridos por esta população.

Realizou-se ainda a divulgação das ações realizadas pelo comitê dentro e fora da universidade, principalmente em escolas, levando informações que incentivem a continuidade do ensino médio para o superior de pessoas com deficiência.

No programa de aluno apoiador, os estagiários da terapia ocupacional trabalharam principalmente como facilitadores das relações entre alunos assistidos-professores-alunos apoiadores, buscando atender as demandas de cada caso da melhor forma, realizam ainda visitas em sala de aula para conhecer de perto as necessidades dos alunos com deficiência e professores, para a partir destas estabelecer estratégias para promover a resolubilidade das demandas.

Dentre as muitas atividades realizadas é importante citar também a presença em reuniões para discutir os interesses da comunidade com deficiência e lutar por estes, estabelecendo parcerias com a equipe técnica, membros do conselho e coordenação, sempre supervisionados, para que possam exercer suas funções de maneira satisfatória.

É importante ressaltar que os Terapeutas Ocupacionais são profissionais que possuem diversas áreas de atuação como, saúde, trabalho, educação e assistência social, e trabalham com pessoas com diversos tipos de comprometimento, físico, psicológico e social, os mesmos tem como foco as ocupações (AOTA, 2015), logo, tornam-se profissionais preparados para esta função de avaliação e intervenção nas necessidades ocupacionais e pedagógicas dos alunos com deficiência.

## **CONCLUSÃO**

Os dados citados nesse artigo mostram o quanto a Universidade Federal da Paraíba vem se preparando para receber alunos com deficiência. Visto o ingresso desses alunos o CIA já tem uma proposta diferenciada para inclusão no ensino superior, desenvolvendo programas que reduzem a dificuldade de se adaptar tanto dentro da sala de aula como no deslocamento pelo campus entre os centros, sendo assim reduz a possibilidade do aluno perder alguma atividade dentro de sala de aula por falta de equipamentos e auxílio para desenvolvimento da mesma.



Outro grande diferencial que a instituição de ensino encontrou para cuidar melhor dos seus alunos foram as parcerias com as clínicas escolas, pensando no contexto geral e trazendo desenvolvimento e autonomia para um futuro profissional com deficiência a ser inserido no mercado de trabalho após anos de estudo.

Sendo assim, entendemos a necessidade do estágio curricular do curso de Terapia Ocupacional da UFPB, que é um dos profissionais que tem como uma de suas abordagens a educação e tem como objetivo desenvolver no indivíduo com deficiência autonomia, aprendizagem e participação no ambiente educacional e assim levando a um melhor desenvolvimento desse aluno.

Observa-se bons resultados em devolutiva a este trabalho, através de avaliações e aprovações em matérias que muitas vezes os alunos se prendiam por alguma necessidade não exposta aos colegas e professores, mostrando a importância dessa profissão na gestão e serviço dentro de ambientes de ensino superior.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION. **Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.)**. American Journal of Occupational Therapy, v. 68, pg. 1–48, 2014

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SEESP. Programa Incluir, edital n° 3, de 26 de abril de 2007. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191<sup>o</sup> da Independência e 124<sup>o</sup> da República.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015; 194<sup>o</sup> da Independência e 127<sup>o</sup> da República.

CASTRO, S.F.; ALMEIDA, M.A. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. Rev. Brasileira de Educação Especial, Marília, v.20, n.2, p. 179-194, abr.-jun., 2014.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução N° 445 de 26 de abril de 2014**. Altera a Resolução-COFFITO n° 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

DOU nº 203, Seção 1, em 21/10/2014, páginas 128,129,130, 131 e 132.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2013 : ciclos de vida : Brasil e grandes regiões / IBGE**, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2015. 92 p.



